

essa exposição enumerou as providências que devem ser tomadas com o escopo de atualizar as bases de financiamento para os plantéis finos e comuns.

O sr. Renato Corrêa da Rocha, presidente da Cooperativa dos Citricultores de Araraquara, encareceu à necessidade de revisão dos critérios do Banco do Brasil, no tocante à forma de financiamento da safra. Acentou que uma faixa de fruticultura se estende de Limeira à Alta Araraquarense com ramificações por Bebedouro e outras regiões em substituição às lavouras decadentes e extensivas do café. Como esta atividade cresceu quase sem planejamento, as dificuldades a enfrentar não são poucas. Está nesse caso o financiamento. O financiamento de 100 cruzeiros na base teto de uma caixa por laranjeira é tríplice, notadamente se levarmos em conta que permite apenas uma dose mínima de adubação — 5 quilos por pé. — Informou que a laranjeira no 3.º ano produz uma caixa e ao 6.º a produção é elevada para 6 e até 12 caixas. Admite as dificuldades de avaliação da safra de citrus e depois defende o encaminhamento dos financiamentos por intermédio de cooperativas. Homenageia o sr. Lima de Souza Dias, por ter sido s. s., no Banco do Brasil, a primeira pessoa a dispensar atenção ao movimento cooperativo no setor da citricultura. Finalmente apontou os problemas da exportação de citrus.

Afirmou categoricamente o sr. José Pires de Almeida, do litoral paulista, que o empenho está sem preço no interior. Levando em linha de conta que essa lavoura é cuidada quase que exclusivamente por arrendatários, parceiros etc., poder-se-ia depreender os problemas sociais que foram criados. Criticos os industriais por terem "mudado as regras do jogo em plena colheita". Afirmou, ainda, que se o câmbio fictício de Cr\$ 310,00 for sensivelmente elevado até alcançar a realidade cambial poderemos exportar os excedentes. Preliminarmente, porém, considerava indispensável que o Banco do Brasil entre no mercado e que o contrato de preços mínimos seja registrado no Tribunal de Contas. A proposta da bancicultura assegurou que o Brasil está perdendo mercado em decorrência da manutenção de um câmbio fictício.

Surgiu o sr. Sergio Cardoso de Almeida a adoção do preço mínimo de mil cruzeiros para o algodão. Falou ainda da integração agrícola dos cerrados por intermédio do emprego do calcário devidamente financiado. Esse produto é largamente produzido em São Paulo. Antes de terminar, esse fazendeiro de Ribeirão Preto encareceu a necessidade de criar-se uma mentalidade exportadora. Convidou o presidente da República, o ministro da Agricultura e o presidente do Banco do Brasil, a visitarem as regiões onde estão sendo realizadas aquelas experiências, que, na verdade, cor-

respondem no seu modo de entender a uma reforma agrária.

O sr. Nelson Ottoni de Rezende, de Garça, finalmente, deteve-se a examinar problemas de abastecimento interno. Lembrou a necessidade de obras de vulto não só no tocante à frigorificação como a investimentos para a instalação de indústrias de desidratação de produtos agrícolas. Por incrível que pareça o Brasil possui apenas três dessas indústrias.

No final da reunião alguns associados procuraram o sr. Ney Galvão pedindo o seu interesse no sentido de se permitir a integração da sede de bancos particulares na difusão dos financiamentos agrícolas de entre safra, através das cédulas rurais pig-noratórias. E este sistema que obteve inteiro êxito no recente episódio do início da safra cafeeira, poderia estender-se na opinião daqueles agricultores a outros produtos mediante o acolhimento destes papéis pela Carteira de Reedscontos do Banco do Brasil.

CANCELADA PELO BANCO DO BRASIL A EXIGÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PARA COM O SERVIÇO SOCIAL RURAL

Em reunião semanal da Sociedade Rural Brasileira, a 15 de janeiro, o deputado Cunha Bueno comunicou ao plenário as gestões efetuadas junto à Diretoria da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, sobre a exigência da apresentação, por parte dos agricultores, para obtenção de financiamento, da certidão negativa de débitos para com o Serviço Social Rural.

Declarou S. Ex.º que "ficou acertado com aquela Diretoria o envio de circulares às Agências do Banco do Brasil, para procederem ao cancelamento da exigência da aludida certidão negativa do S. S. R., julgada desaconselhável, visto que essa autarquia se encontra em estado omissivo e com várias deficiências."

Aplaudindo as providências tomadas pelo deputado Cunha Bueno sobre o assunto, o plenário secundou as críticas feitas ao Serviço Social Rural que, desde a sua criação, somente agora pensa na organização e instalação das Juntas Municipais.

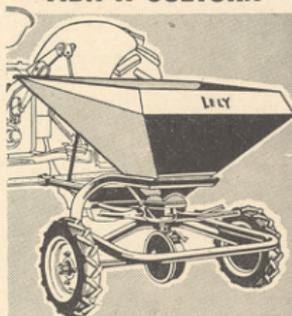
A propósito do assunto, o dr. Renato da Costa Lima, presidente da Sociedade Rural Brasileira, endereçou o seguinte telegrama ao dr. Léo de Almeida Neves, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil:

"A Sociedade Rural Brasileira, com a devida vênia, solicita a V. Ex.º que autorize a urgente expedição de circulares às Agências do Banco do Brasil, para procederem ao cancelamento da exigência da apresentação, por parte dos agricultores, para obtenção de financiamento, da certidão negativa de débitos para com o Serviço Social Rural, conforme ficou deliberado com o deputado Cunha Bueno, pois os gerentes de algumas Agências do Interior de São Paulo ainda exigem o aludido documento. Agradece e apresenta atenciosas saudações. (a) Renato da Costa Lima, presidente."

Por telegrama, respondeu o dr. Léo de Almeida Neves: "Com referência ao seu telegrama de 19 do corrente, informo que foram expedidas as instruções às agências, no sentido da dispensa da mencionada exigência. Saudações. (a) Léo de Almeida Neves, diretor da CREA (Zona Sul.)"

LELY

DÁ
VIDA À CULTURA



A FAMOSA ADUBADEIRA DE PRECISÃO LELY

para espalhar fertilizantes, calcários, inseticidas e semear a lançar.

TIPO H - para suspensão hidráulica de 3 pontos

TIPO W - de arraste com pneus, para qualquer tipo de tração.

Para maiores informações e folhetos procure seu revendedor ou

LELY DO BRASIL S.A.

Indústria e Comércio
R. Anchieta, 35 - 6.º - Tel.: 36-0151
São Paulo